

Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil

***Brenda Mistral de Oliveira Carvalho¹, Carolina Medeiros Vicentini¹, Adriana Estela Sanjuan Montebello²**

1. Estudante de Biotecnologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Araras/SP; *mistral.brenda@gmail.com

2. Professora do Depto. De Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Araras/SP

Palavras Chave: *políticas públicas, pequeno produtor, desenvolvimento sustentável.*

Introdução

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. No Brasil, a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do país e emprega pelo menos cinco milhões de famílias. Além disso, produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta. No caso brasileiro também é responsável pela maioria dos que chegam à mesa da população, como o leite (58%), a mandioca (83%) e o feijão (70%).

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, fortaleceu-se um modelo produtivo que dissemina práticas intimamente ligadas à degradação do meio ambiente e à marginalização do pequeno produtor (FRIEDMANN, 2000). Assim, o Estado passou a atuar através da implementação de políticas públicas para dar suporte ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Diante deste contexto, o presente trabalho pretende verificar quais são e qual a importância das principais políticas públicas no Brasil de suporte ao pequeno agricultor e as quais têm enfoque não apenas na organização econômica, mas também na sustentabilidade da agricultura familiar.

Resultados e Discussão

As principais políticas públicas ligadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável são o: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Na Safra 2012/2013 foram destinados R\$ 22,3 bilhões para a agricultura familiar, sendo 80,72% para o PRONAF; 5,38% para o PAA; 2,15% para o SEAF e 0,40% para o PGPAF.

Dentro do PRONAF, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, destacam-se:

- O PRONAF ECO está inteiramente voltado para a sustentabilidade ambiental na agricultura familiar, e envolve as mini-usinas de biocombustíveis, geração de energia, tecnologias ambientais;
- O PRONAF FLORESTA: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- O PRONAF Agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem como objetivo principal a remuneração da

produção, em que parte dos produtos serão adquiridos por preço compensador, dando segurança e estímulo ao produtor, além de contribuir para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Quanto à segurança do produtor familiar, também existem o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAESC, o SEAF é um mecanismo para assegurar a produção familiar em qualquer região do país, feito automaticamente no ato de contratação de custeio do PRONAF. O PGPAF garante às famílias agricultoras que acessam o PRONAF, custeio ou investimento, em caso de baixa nos preços do mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto, agindo indiretamente no desenvolvimento sustentável rural.

Em conjunto, estes programas têm modificado a forma de plantio no Brasil e diminuído o êxodo rural, através da promoção de maior qualidade de vida para os agricultores familiares aliada à menor degradação e maior recuperação do ambiente, segundo Guilhoto et al. (2007).

Conclusões

A agricultura familiar tem importante papel no fornecimento de alimentos para a população e também é um segmento estratégico na geração de renda e emprego no campo. Dessa forma, a existência de um conjunto de políticas públicas com estímulo ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar contribui para a estabilidade econômica e social do país e, ao mesmo tempo, estimula o uso sustentável dos recursos naturais. Futuros trabalhos têm o desafio de analisar como está sendo o acesso a essas políticas, bem como qual o impacto das mesmas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Referências

- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 23/03/2015.
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAESC). **Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)**. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/index.php/programa-de-garantia-precos-para-a-agricultura-familiar-pgpag/>>. Acesso em: 05/11/2014.
- FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L.; MALUF, R.S. **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas: UNICAMP, 2000. p.1-21.
- GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em Seus Estados, **NEAD**, p. 1-18, 2007.
- Organização das Nações Unidas (ONU). **FAO: Brasil ampliará cooperação regional para promover agricultura familiar e erradicação da fome**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/fao-brasil-ampliar-cooperacao-regional-para-promover-agricultura-familiar-e-erradicacao-da-fome/>>. Acesso em: 23/03/2015.